

Estudo Técnico Preliminar 33/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 977853/2024

2. Descrição da necessidade

O Bairro Nova Esperança, localizado no Município de Várzea Grande, enfrenta desafios significativos em sua infraestrutura, especialmente no que diz respeito à pavimentação das vias. A falta de um sistema de pavimentação adequado tem causado transtornos para os moradores e visitantes do bairro, incluindo dificuldades de acesso, danos aos veículos e condições de tráfego inseguras durante períodos de chuva.

A contratação de uma empresa especializada para executar obras de pavimentação é uma medida necessária para melhorar a qualidade de vida dos residentes, facilitar o tráfego de veículos e pedestres e promover o desenvolvimento econômico da região. A empresa contratada será responsável por fornecer todos os materiais e mão de obra necessários para realizar as obras de pavimentação, seguindo as especificações técnicas e normas de segurança vigentes.

Essa contratação está alinhada com o interesse público, uma vez que visa aprimorar a infraestrutura do Bairro Nova Esperança, beneficiando diretamente a comunidade local e contribuindo para o desenvolvimento do Município de Várzea Grande, Mato Grosso.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS	LUIZ CELSO MORAES DE OLIVEIRA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A obra em questão deve ser executada por uma empresa especializada no setor, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e os padrões de sustentabilidade exigidos neste instrumento e no futuro termo de referência.

O objeto a ser contratado possui um escopo predefinido, com um prazo de execução previsto em um cronograma físico-financeiro, estabelecido no projeto executivo.

No projeto executivo, foram apresentados os elementos necessários e suficientes, com um nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, garantindo a

viabilidade técnica e o tratamento adequado do impacto ambiental do empreendimento, possibilitando a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.

Os requisitos abaixo foram cuidadosamente avaliados, não havendo especificações capazes de prejudicar o caráter competitivo da seleção.

4.1. REQUISITOS TÉCNICOS DA CONTRATAÇÃO

• Para a correta execução do objeto, devem ser observados os seguintes requisitos:

1) Localização da obra: <https://maps.app.goo.gl/7atnpfedmf7su6eva>

2) A obra a ser executada deve cumprir as determinações dos projetos, dos memoriais descritivos e das especificações técnicas;

3) A metodologia executiva a ser adotada deve estar em conformidade com as normas técnicas vigentes;

4) A definição do orçamento e do prazo de execução da obra estão delineados na planilha orçamentária e no cronograma físico-financeiro, visualizados no projeto executivo – Volume 4 – orçamento (sem desoneração);

5) Deve ser cumprido, por parte da contratada, as exigências da licença ambiental;

6) Para fins de habilitação, o licitante deve apresentar certidão de registro/quitação da contratada junto ao CREA / CAU, constando os nomes dos profissionais que poderão atuar como responsáveis técnicos pelos serviços a serem executados, conforme disciplina a resolução 425/98 do CONFEA, artigo 4º, parágrafo único;

7) Deve ser apresentada comprovação de aptidão técnica, consistente na apresentação de uma ou mais certidões de acervo técnico expedidas pelo CREA / CAU, em nome dos profissionais que exercerão a função de responsáveis técnicos, comprovando a execução de obra ou serviço com características similares ao objeto a ser contratado, mediante apresentação de atestado de capacidade técnico profissional;

8) Deve ser apresentado, por parte da contratada, atestado de capacidade técnico operacional, comprovando a realização de obras ou serviços com características similares ao objeto a ser contratado;

9) A avaliação técnica profissional e técnica operacional descritos abaixo foram definidos em observância à instrução normativa (in) nº 108, Mato Grosso de 01/02/2008 e, na instrução normativa nº 58/DNIT sede de 17/09/2021, conforme segue:

• Para efeito de capacidade técnico profissional, serão exigidos itens de obras / serviços idênticos àqueles pontuados para a capacidade técnico operacional, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos (in nº 58/DNIT sedes, Art. 2º).

• A exigência de capacidade técnica operacional se restringe:

a) Conforme o artigo 94 do Decreto Municipal nº 081/2023, a qualificação técnica necessária para a execução do serviço, quando exigida e devidamente justificada nos autos, pode ser comprovada por meio de inscrição vigente no conselho profissional competente relativo ao profissional técnico envolvido;

b) Aos itens de maior relevância técnica e financeira contidas no objeto a ser licitado (curva abc), em número máximo de 8 (oito) itens, e não superior a 50% (cinquenta por cento) das quantidades licitadas para o serviço específico (in nº 58/DNIT sedes, Art. 4º e IN nº 108, Mato Grosso, Art. 1º). Os itens de serviço de maior relevância técnica e financeira são aqueles que constem do objeto licitado em valor igual ou superior a 4% (quatro por cento) do orçamento total do objeto (in nº 58/DNIT sedes, Art. 4º, § 2º e in nº 108, Mato Grosso, Art.2º);

c) Conforme estabelecido no acórdão 2.924/2019 - plenário, relatado pelo ministro BENJAMIN ZYMLER, para fins de habilitação técnico operacional das licitantes em certames visando a contratação de obras públicas e serviços de engenharia, devem ser exigidos atestados técnico operacionais emitidos em nome da licitante, podendo ser solicitadas as certidões de acervo técnico (CAT) ou anotações/registros de responsabilidade técnica (ART/RRT) emitidas pelo conselho de Fiscalização profissional competente em nome dos profissionais vinculados aos referidos atestados, como forma de conferir autenticidade e veracidade das informações constantes nos atestados emitidos em nome das licitantes;

d) Não é vedado o somatório de atestados, para o atendimento dos itens de “maior relevância global” e / ou aos de “maior relevância técnica contidas no objeto a ser licitado”. Justificativa: de acordo com o acórdão nº 2.760/2012 – plenário "se o aumento de quantitativos do serviço não incrementa, incontestavelmente, a complexidade técnica da tarefa, não há motivos para estabelecer limite para o número de atestados", esta situação se apresenta nesta obra de pavimentação e drenagem do Bairro Nova Esperança.

- Exigência de capacidade técnica operacional e profissional;

Item I - Maior relevância técnica a ser comprovada:

MAIOR RELEVÂNCIA GLOBAL SER COMPROVADA					
ITEM	SERVIÇO	UNID	QUANT. ORÇADO	QUANT. A SER COMPROVADA	RELEVÂNCIA
01	Construção de pavimento com aplicação de CBUQ	t	288,50	144,00	8,53%
		m³	120,21	60,00	
02	Guia (meio-fio) e sarjeta conjugados, moldada in loco	m	914,05	457,02	4,26%

4.2. REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE

A empresa contratada deverá utilizar na execução das obras as boas práticas de sustentabilidade ambiental, respeitando-se, dentre outros, os critérios ambientais indicados abaixo:

- a) Uso produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações da ANVISA.
- b) Implementação de um programa de treinamento de seus empregados visando o uso racional de consumo de energia elétrica e água, bem como redução de resíduos sólidos.
- c) Sempre que possível, fazer uso de energia renovável.
- d) Classificação e destinação adequada dos resíduos recicláveis produzidos durante a execução dos serviços. Especificamente para papéis e latas de alumínio deve-se contatar as associações e/ou cooperativas locais de catadores de materiais recicláveis.
- e) Práticas de redução de consumo de papel, utilizando o padrão frente verso na impressão de relatórios e outros documentos, bem como utilize a fonte ecológica recomendada pela advocacia geral de união, disponível no endereço eletrônico: www.agu.gov.br/econfont
- f) Adoção de uso preferencialmente de papel não clorado na impressão de documentos e relatórios.
- g) Adoção de práticas de substituição de copos descartáveis por copos definitivos.
- h) Adoção de prática de destinação final das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo a resolução CONAMA nº 257/1999.
- i) Atendimento aos padrões indicados pela resolução CONAMA nº 20/1994 quando da aquisição e utilização de equipamentos de limpeza que gerem ruídos em seu funcionamento.
- j) Adoção e promoção de medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, além de fornecimento de equipamentos de proteção individuais – epi necessários, tais como óculos, luvas, aventais, máscaras, calçados apropriados, protetores auriculares etc., fiscalizando e zelando para que eles cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de suas integridades.
- k) Consideração nas pesquisas de preços para aquisições e serviços contemplados no escopo da contratação, empresas que tenham certificação ambiental.
- l) Estímulo à troca de informações entre as equipes envolvidas por meio de ferramentas digitais e/ou virtuais.

Segue abaixo os requisitos normativos que disciplinam os serviços a serem contratados:

- a) Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, lei de licitações e contratos administrativos;
- b) Decreto estadual nº 1.525/2022 – regulamenta a lei nº 14.133/2021, no âmbito da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional do estado de Mato Grosso;

- c) Decreto nº 081/2023 no âmbito da administração pública Municipal direta e autárquica e fundacional do Município de Várzea Grande – MT.
- d) Normas da ABNT, especificações de serviço e normas do DNIT, e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços aplicáveis na execução da obra, inclusive no que tange a qualidade dos materiais;
- e) Instrução normativa nº 58/DNIT sede, de 17 de setembro de 2021;
- f) Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

5. Levantamento de Mercado

Como solução para execução desta pavimentação, surgiu como opção:

SOLUÇÃO 1: Pavimentação asfáltica com concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ). A execução desse tipo de pavimento, visa garantir uniformidade, padronização bem como proporcionar uma estrutura apta a suportar as cargas de tráfego determinada em projeto. esse tipo de material é capaz de acompanhar melhor as movimentações térmicas (contrações e retrações devido ao calor).

SOLUÇÃO 2: Pavimentação asfáltica com tratamento superficial duplo (TSD), é uma das escolhas mais comuns. Uma das suas principais características positivas é a sua alta flexibilidade, e uma boa relação de custo-benefício.

SOLUÇÃO 3: Pavimentação com concreto armado. Também conhecido como pavimento rígido, tem excelentes parâmetros de durabilidade, resistência e baixa manutenção ao longo de bastante tempo de uso. Contudo, os custos iniciais são altos quando comparados com o asfalto, e demandam maior tempo para execução.

Diante dessas soluções apresentadas, a deliberação a ser executada, definida em projeto executivo aprovado pela Secretaria Municipal de Viação e Obras, foi pela utilização de pavimentação asfáltica com concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), baseada no diagnóstico de suas características funcionais e estruturais, no estudo de tráfego e, na relação custo-benefício da obra.

Todos os serviços elencados no projeto executivo devem seguir fielmente as normas técnicas vigentes e especificações de serviços do departamento nacional de infraestrutura de transportes – DNIT e da associação brasileira de normas técnicas - ABNT, devidamente atualizadas.

A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário (art. 6º, inciso XXVIII e XXXVIII, alínea “a”, e Art. 29 da Lei 14.133/2021; Art. 281º, do decreto estadual nº 1.525/2022 e Art. 72º, do Decreto Municipal nº 81/2023), e se justifica por se tratar de uma obra de construção rodoviária, onde estão previstos serviços como: terraplenagem, pavimentação, drenagem, obra de arte correntes, sinalização; cuja execução, por este regime, permite um melhor controle por parte da Fiscalização na realização das medições, visto que as quantidades podem ser mensuradas por unidade de medida, onde o valor total do contrato é o resultante da multiplicação do preço unitário pela quantidade e tipos de serviços contratados. Esta

escolha se torna factível, também para melhor mensuração dos valores em possíveis alterações de projeto, evitando ônus ao erário público.

A modalidade da licitação será a concorrência eletrônica, tem a natureza de obra de engenharia, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme Art. 6º, XII, da lei nº 14.133/2021, que justifica a escolha por esta modalidade.

O critério de julgamento da licitação será o de menor preço.

6. Descrição da solução como um todo

O objeto de contratação será composto pelos serviços previstos no projeto executivo, em conformidade com o levantamento de campo, memória de cálculo (detalhamento dos quantitativos e preços estimados), além das especificações. Todos os serviços elencados no projeto, deverão seguir fielmente as normas técnicas vigentes e especificações de serviços do departamento nacional de infraestrutura de transportes – DNIT e da associação brasileira de normas técnicas - ABNT, devidamente atualizadas. As intervenções deverão manter o padrão de qualidade e apresentar a melhor prática executiva.

Serão previstos os seguintes serviços:

- a) Administração local;
- b) Serviços preliminares (instalações de canteiro e acampamento, mobilização e desmobilização de equipamentos e pessoal, placa de obra);
- c) Terraplenagem (desmatamento e destocamento, escavação, transporte, compactação, regularização de bota-fora com espalhamento e compactação);
- d) Pavimentação (sub-base, base, imprimação, concreto betuminoso usinado a quente);
- e) Aquisição de material betuminoso (implantação);
- f) Transporte p/ pavimentação (implantação)
- g) Sinalização horizontal e vertical;
- h) Obras complementares;
- i) Drenagem;
- j) Fornecimento de tubos de concreto tipo pa-1;
- k) Assentamento de tubos de concreto;
- l) Órgãos e acessórios;
- m) Controle e recuperação ambiental.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

os quantitativos dos serviços correlacionados ao objeto a ser licitado estão detalhados em projeto executivo, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra pretendida, possibilitando a elaboração dos custos, em conformidade com as normas, procedimentos, instruções e especificações de serviços, manuais técnicos em vigor do DNIT e normas técnicas da ABNT.

Os serviços, especificações, quantidades, propostos para construção da obra em questão, pode ser observado no projeto executivo para obras de pavimentação e drenagem do Bairro Nova Esperança; Volume 4 – orçamento da obra.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.767.083,45

Os quantitativos, delineado em projeto, foram determinados pelo levantamento dos serviços, realizados de acordo com o projeto executivo. Os preços unitários adotados, foram os do DNIT / SICRO, e ANP. As especificações dos serviços, orçamento, foram elaborados baseado nas normativas vigentes da SINFRA e DNIT/SICRO.

Optou-se pelo Orçamento **Não Desonerado**, que se mostrou mais benéfico para a administração, totalizando o valor da obra em **R\$ 1.767.083,45**. Em comparação, o Orçamento **com Desoneração** alcançaria o valor de **R\$ 1.815.232,58**. Abaixo, apresentamos um resumo dos preços conforme o Orçamento Não Desonerado, gerando uma **economicidade de R\$ 48.149,13**:

RESUMO DOS PREÇOS		
SERVIÇOS	DATA BASE:	03/2024 SINAPI
		01/2024 SICRO 3
		NÃO DESONERADO
CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
I	SERVIÇOS PRELIMINARES	39.613,04
II	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	92.620,54
III	ENSAIOS TECNOLÓGICOS DE SOLO E CONCRETO	3.177,70

IV	TERRAPLENAGEM	831.158,31
V	PAVIMENTAÇÃO	126.319,34
VI	AQUISIÇÃO DE MATERIAL BETUMINOSO (IMPLANTAÇÃO)	109.715,04
VII	TRANSPORTE P/ PAVIMENTAÇÃO (IMPLANTAÇÃO)	2.006,15
VIII	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL /VERTICAL	4.945,49
IX	OBRAS COMPLEMENTARES	80.613,81
X	DRENAGEM	182.386,10
XI	FORNECIMENTO DE TUBOS TIPO PA-1	157.804,90
XII	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO	31.608,36
XIII	ÓRGÃOS ACESSÓRIOS	95.716,35
XIV	CONTROLE E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL	9.398,32
TOTAL GERAL (R\$)		1.767.083,45
EXTENSÃO (km)		0,470
TOTAL/km (R\$)		3.763.162,89
BAIRRO: NOVA ESPEANÇA		
RUAS: NOVA ESPERANÇA		
OBRA: PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS		

RESUMO DOS PREÇOS		
SERVIÇOS	DATA BASE:	03/2024 SINAPI
		01/2024 SICRO 3
		DESONERADO
CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
I	SERVIÇOS PRELIMINARES	40.667,49
II	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	85.207,30
III	ENSAIOS TECNOLÓGICOS DE SOLO E CONCRETO	2.937,28
IV	TERRAPLENAGEM	860.505,81
V	PAVIMENTAÇÃO	131.693,24
VI	AQUISIÇÃO DE MATERIAL BETUMINOSO (IMPLANTAÇÃO)	115.092,86
VII	TRANSPORTE P/ PAVIMENTAÇÃO (IMPLANTAÇÃO)	2.104,49
VIII	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL /VERTICAL	5.134,58
IX	OBRAS COMPLEMENTARES	82.406,98
X	DRENAGEM	184.995,86

XI	FORNECIMENTO DE TUBOS TIPO PA-1	165.539,35
XII	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO	31.538,43
XIII	ÓRGÃOS ACESSÓRIOS	97.682,43
XIV	CONTROLE E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL	9.726,48
TOTAL GERAL (R\$)		1.815.232,58
EXTENSÃO (km)		0,470
TOTAL/km (R\$)		3.865.700,78
BAIRRO: NOVA ESPEANÇA		
RUAS: NOVA ESPERANÇA		
OBRA: PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS		

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A obra de pavimentação no Bairro Nova Esperança possui um lote com dimensões alinhadas à capacidade operacional das empresas licitantes sob a jurisdição da Secretaria Municipal de Viação e Obras de Várzea Grande, Mato Grosso. Dada a natureza técnica dos serviços, que são predominantemente interdependentes, não é viável dividi-los. Qualquer atraso em uma fase crítica poderia acarretar atrasos subsequentes, aumentando os custos operacionais e afetando os marcos de progresso e a entrega final.

A opção por um lote único para a execução maximiza a eficiência na instalação e mobilização de maquinário e mão de obra. A fragmentação em múltiplos lotes comprometeria tanto a viabilidade técnica quanto a eficiência econômica, além de elevar os custos de mobilização e desmobilização para segmentos isolados da obra.

Portanto, com base nas justificativas apresentadas, a contratação será realizada em lote único, pois a divisão não oferece vantagens à administração e pode prejudicar a integridade e o valor do projeto como um todo.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Para cumprir com o estabelecido no inciso VIII, artigo 7º, da Instrução Normativa nº 40/2020, fornecemos o acesso ao sistema GEOOBRAS. Este portal é essencial, considerando a vasta quantidade de contratos que compartilham características com este. Desenvolvido pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT), o GEOOBRAS é uma plataforma robusta que possibilita o monitoramento e a fiscalização de obras públicas estaduais. Através dele, é possível realizar consultas detalhadas das obras, filtrando por município, tipo de modalidade, estágio atual, custo estimado, entre outros critérios. O sistema também disponibiliza um mapa interativo e relatórios gerenciais, ferramentas que reforçam a transparência e permitem um controle social efetivo dos investimentos governamentais nas diferentes localidades de Mato Grosso. Para acessar o sistema GEOOBRAS, visite o site oficial do TCE-MT.

<https://geoobras.tce.mt.gov.br/cidadao/home>

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A atual contratação está alinhada com o planejamento da administração, está inserido no Plano de Contratação Anual (PCA), identificado como “Bairro Nova Esperança: pavimentação e drenagem”, nas vias urbanas do Município de Várzea Grande sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Viação e Obras - (vide link): Portal Nacional de Contratações Públicas (pncp.gov.br)

Vale destacar que a contratação pretendida está em sintonia com a “emenda estadual”, que se originou da proposta número 780/2023. A emenda estadual é um recurso do orçamento público, cuja alocação é determinada pelos deputados estaduais. Ela é assim chamada porque é implementada por meio de emendas ao projeto de orçamento estadual, que é votado anualmente pelos parlamentares para o próximo ano.

Essas emendas permitem que os deputados estaduais direcionem recursos para cidades ou regiões de seu interesse, onde estão suas bases eleitorais. O objetivo das emendas parlamentares é promover uma distribuição mais equitativa dos recursos públicos, uma vez que os legisladores, estando mais próximos de suas bases do que o executivo, têm um conhecimento mais aprofundado das necessidades específicas de cada região.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Benefícios esperados da pavimentação podem ser descritos da seguinte forma:

- a) Otimização da infraestrutura viária: a implementação de pavimentação de alta qualidade resulta em vias mais seguras e eficientes, diminuindo a incidência de acidentes e proporcionando uma experiência de condução otimizada, além de reduzir a manutenção veicular.
- b) Estímulo ao desenvolvimento econômico: vias pavimentadas de forma adequada são fundamentais para o escoamento eficiente de produtos agrícolas e industriais,

contribuindo para a redução de custos logísticos e potencializando a competitividade no mercado. A infraestrutura aprimorada também atrai investimentos e facilita o acesso a zonas comerciais, dinamizando a economia local.

c) Elevação da qualidade de vida: a pavimentação amplia o acesso a serviços fundamentais, como saúde e educação, e promove um ambiente urbano mais agradável, com redução de ruídos e desgaste veicular.

d) Garantia do direito à mobilidade: a pavimentação asfáltica é crucial para o acesso à mobilidade urbana, influenciando positivamente a rotina de condutores e pedestres.

e) Incremento da segurança viária: superfícies asfálticas oferecem aderência apropriada, minimizando riscos de acidentes por derrapagem.

f) Conforto aos usuários: a pavimentação asfáltica proporciona uma superfície uniforme, reduzindo vibrações e melhorando a experiência de viagem para todos os usuários da via.

g) Redução do impacto ambiental: a pavimentação eficiente diminui a resistência ao rolamento, resultando em menor consumo de combustível e desgaste de pneus, o que se traduz em economia para os usuários e benefícios ambientais pela redução da emissão de poluentes.

Esses benefícios refletem a importância da pavimentação não apenas como uma melhoria física, mas como um vetor de transformação social e econômica.

13. Providências a serem Adotadas

1) O processo requer que os licitantes cumpram integralmente com as disposições da lei nº 14.133/2021, decreto estadual nº 1.525/2022, Decreto Municipal nº 81/2023, bem como as especificações do edital e do termo de referência. A empresa contratada deve:

2) Adesão às diretrizes técnicas: cumprir com as diretrizes técnicas para a execução de obras e serviços de engenharia, respeitando as normativas aplicáveis ao objeto contratual.

3) Execução fiel ao contrato: realizar a obra ou serviço de acordo com o projeto técnico, as especificações detalhadas no termo de referência e anexos, e em conformidade com a proposta apresentada.

4) Qualidade e boas práticas: assegurar a manutenção de um padrão de qualidade elevado e adotar as melhores práticas executivas no decorrer da obra ou serviço.

5) Comunicação com o Fiscal do contrato: reportar imediatamente ao Fiscal designado qualquer irregularidade identificada no local da execução dos serviços.

6) Disponibilidade para esclarecimentos: fornecer esclarecimentos ou informações sempre que requisitados pela administração pública contratante.

por parte da administração, será assegurado:

a) Publicação do Edital: disponibilização do edital de licitação, contendo todas as informações necessárias para a participação dos licitantes.

- b) Designação de Fiscalização: nomeação de um Fiscal responsável pela obra ou serviço, com o objetivo de assegurar a qualidade, realizar medições periódicas e garantir o cumprimento do contrato.
- c) Capacitação de servidores: promoção de treinamentos para os servidores envolvidos, visando aprimorar a Fiscalização e a gestão contratual.
- d) Essas diretrizes são fundamentais para a integridade e eficácia do processo licitatório e para a execução contratual subsequente.

14. Possíveis Impactos Ambientais

O processo de contratação deve priorizar o interesse público, avaliando não apenas o custo, mas também os impactos ambientais e sociais. Isso inclui:

- a) Conformidade com Normas de Sustentabilidade: Adesão a padrões que promovam práticas sustentáveis e minimizem o impacto ambiental.
- b) Gestão Eficiente de Recursos Públicos: Utilização criteriosa dos recursos financeiros disponíveis para maximizar o valor obtido.
- c) Preservação de Recursos Naturais: Implementação de estratégias para a conservação e uso responsável dos recursos naturais.
- d) Incorporação de Materiais Reciclados: Preferência pelo uso de materiais reciclados, quando disponíveis, para promover a economia circular.
- e) Gestão de Resíduos: Remoção e destinação adequada de resíduos, em conformidade com as regulamentações de transporte e controle de resíduos.
- f) Atendimento a Normas de Qualidade: Observância de padrões de qualidade e certificações estabelecidos por órgãos como INMETRO e ABNT.
- g) A empresa contratada deve:
- h) Uso Racional de Recursos: Empregar recursos e equipamentos de maneira eficiente para evitar desperdícios de materiais, água e energia, priorizando, quando possível, o uso de energia renovável.
- i) Segurança no Trabalho: Garantir a segurança no manuseio de ferramentas e equipamentos, especialmente aqueles inflamáveis, seguindo a legislação trabalhista vigente.
- j) Responsabilidade Ambiental: Assumir a responsabilidade pela gestão de todos os resíduos gerados, assegurando sua correta remoção e destinação.

Além disso, a execução da obra requer licenciamento ambiental junto à SEMA/MT, com todas as ações e medidas necessárias para o cumprimento da licença ambiental e preservação do meio ambiente detalhadas nas Licenças Prévia e de Instalação

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

As experiências anteriores indicam que a contratação apresenta viabilidade e alta probabilidade de alcance dos resultados pretendidos.

A Secretaria Municipal de Viação e Obras não possui em seu quadro de servidores profissionais habilitados, em quantitativo suficiente, para a execução da obra em questão, de modo que para suprir tal necessidade torna-se imprescindível a contratação de empresa especializada, para atendimento da demanda exarada. Considerando:

- a) A condição atual do Bairro Nova Esperança (segmento não pavimentado).
- b) As obrigações institucionais da Secretaria Municipal de Viação e Obras de Várzea Grande, Mato Grosso;
- c) A necessidade de garantir a trafegabilidade constante e segura da rodovia em pauta;
- d) Todo o exposto e apresentado neste estudo técnico preliminar (ETP).

declara-se a necessidade e viabilidade de contratação dos serviços indicados neste ETP.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FELIPE AUGUSTO TEZOLIN

COORDENADOR



Assinou eletronicamente em 25/06/2024 às 09:45:05.

ALBERTO ALVES NAZARIO JUNIOR

TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL



Assinou eletronicamente em 24/06/2024 às 17:02:13.